

FAMÍLIA E VIOLÊNCIA NA ÓTICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMIZADOS
WHAT CHILDREN AND ADOLESCENTS VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE THINK ABOUT FAMILY AND VIOLENCE

Fabiola Perri Venturini*

Marina Rezende Bazon**

Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves***

RESUMO

O presente estudo exploratório tem por objetivo estudar o fenômeno da violência doméstica pela ótica de crianças e adolescentes vitimizados, investigando suas concepções de família e violência, e comparando-as com as de um grupo de jovens não-vitimizados. Os 44 participantes, com idades entre 10 e 16 anos, responderam a 3 instrumentos complementares entre si: uma entrevista estruturada, um questionário composto por “sentenças incompletas” e uma entrevista semi-estruturada. A análise de dados permitiu algumas conclusões: 1) não foram encontradas diferenças significativas entre as concepções dos dois grupos e houve uma tendência a respostas de caráter convencional; 2) houve um grande número de respostas evasivas, sendo a frequência maior no grupo dos jovens abrigados; 3) observou-se uma tendência à “naturalização” da violência em ambos os grupos, porém mais frequente no grupo de não vitimizados e 4) um desejo dos jovens abrigados de estarem com suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE

Família; violência doméstica; crianças e adolescentes.

A violência não é fenômeno social exclusivo de nossa época, mas sim resultado de uma cultura que vem se estabelecendo ao longo da história, na qual as relações de poder desempenham papel fundamental, são intensamente permeadas por questões de gênero e de hierarquia, chegando-se a uma sociedade preponderantemente adultocêntrica e machista em que, segundo se pode deduzir, o segmento social mais frágil é o da mulher-criança (SAFFIOTI, 1989).

Outrossim, no tocante à vitimização de crianças e adolescentes dentro dos lares, diz-se que esta seria inerente a relações subjetivas, interpessoais e hierárquicas, em que há um abuso do poder característico, por parte do adulto responsável (OLIVEIRA, 1989). Em outras palavras, a violência

* Psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

** Professora Doutora Assistente do Departamento de Psicologia e Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

*** Professora Titular do Departamento de Psicologia e Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

doméstica poderia ser a expressão do excesso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis, que faz da vítima um objeto, desrespeitando seus direitos fundamentais, à vida, à liberdade, à integridade física e a segurança. Em termos operacionais, ela compreenderia

(...) qualquer dano físico ou psicológico não acidental contra um menor de dezesseis ou dezoito anos – segundo o regime de cada país -, ocasionado por seus pais ou cuidadores, que ocorre como resultado de ações físicas, sexuais ou emocionais, por omissão ou comissão, e que ameaçam o desenvolvimento normal, tanto físico como psicológico da criança (Fuster & Ochoa, 1995, *apud* Bringiotti, 1999a, p. 40).

Especialistas da área (GUERRA, SANTORO & AZEVEDO, 1992) costumam enfatizar que essa sujeição de jovens a diversas formas de maus-tratos no ambiente familiar pode ter duração indefinida, devido à sacralidade dessa instituição e à autoridade que os pais exercem sobre seus filhos, impondo-lhes um pacto de silêncio e, por vezes, de cumplicidade.

Por outro lado, as conseqüências decorrentes deste tipo de vivência parecem ser inúmeras, porém há certa dificuldade em descrevê-las de modo sistemático, porque, dependendo do caso, as seqüelas são agravadas ou amenizadas com o tempo, podem se manifestar tardiamente ou, ainda, nunca aparecerem e se ter a situação da pessoa considerada como “assintomática” (CEREZO, 1995).

Contudo, a literatura vem apontando já há algum tempo (AZEVEDO, 1989) a presença de uma série de problemas em crianças, que poderiam ser decorrentes dos maus tratos familiares e que englobam desde comprometimentos orgânicos até emocionais e/ou psicossociais, destacando-se os danos ao desenvolvimento neurológico, intelectual, social, a baixa auto-estima, os comportamentos agressivos, o isolamento, as dificuldades de relacionamento, depressão, ideação de homicídio e de suicídio, dificuldade de adaptação sexual, sentimento de culpa, abandono da escola, prostituição e rejeição familiar; e, é importante enfatizar, com conseqüências que estariam sendo observadas a curto e a longo prazo.

Focalizando mais especificamente aspectos psicossociais, Bringiotti (1999b) afirma que uma relação de violência na infância produz problemas que certamente se manifestarão frente a outras pessoas. Assim, esses jovens, comparados aos que não sofreram maus tratos, apresentam um número alto de vínculos inseguros e têm mais condutas de esquiva diante de adultos não familiares. Por outro lado, nas relações com pares, as crianças maltratadas tendem a exibir maior agressividade e menor tolerância à frustração, o que sugere terem elas dificuldades em assumir as perspectivas do outro e em discriminar suas emoções para poder desenvolver um modelo de relação simétrico, baseado no sentimento de igualdade e de confiança, visto que suas experiências são caracterizadas pela exploração, submissão e violação.

Quanto às representações de si mesmas, ainda segundo Bringiotti (1999b), essas crianças carecem de confiança nelas próprias, suas perspectivas de futuro são incertas, além de expressarem mais frequentemente sintomas de tristeza e depressão. Também é comum que se observem atrasos no desenvolvimento cognitivo, decorrente de uma lenta aquisição de habilidades acadêmicas, concorrendo assim para a repetência e atraso escolar.

No que diz respeito ao desenvolvimento moral, embora esta dimensão ainda necessite ser mais estudada, Fuster e Ochoa (1995) sugerem que as crianças maltratadas manifestam uma compreensão deficiente de regras sociais e, citando alguns estudos, destacam que as vítimas de maus-tratos constroem seus juízos morais e sociais a partir de suas experiências e, portanto, podem internalizar padrões de conduta que refletem as normas/valores subjacentes à vivência de abuso/negligência.

Por outro lado, Aber, Allen, Carlson e Cicchetti (1989) fizeram um estudo comparativo entre crianças vitimizadas e não-vitimizadas, com idade entre 4 a 8 anos, com o objetivo de verificar os efeitos dos maus-tratos no desenvolvimento, e verificaram que não havia diferenças significativas entre os dois grupos. Contudo, apesar dessa constatação, os autores consideram que pouco se sabe sobre o impacto da violência intrafamiliar sobre as crianças e destacam a importância de ser elaborada uma teoria do desenvolvimento diretamente voltada às que são maltratadas de forma a guiar as intervenções, tanto clínicas quanto sociais e políticas, e a verificação de sua eficácia.

Mas um outro ponto precisa ser enfatizado, no que tange ao que a literatura traz até o momento: é que as investigações nesse campo têm privilegiado a ótica dos adultos envolvidos, sejam os pais/responsáveis ou os agentes que assumem o cuidado no lugar da família e isto não deixa de ser uma visão parcial.

Nessa direção, cumpriria ressaltar que a ajuda prestada diretamente às crianças e aos adolescentes requer, para além do conhecimento sobre as seqüelas deixadas pela violência, um aprofundamento sobre as considerações que esses jovens fazem a respeito de suas vivências, para se ter uma compreensão mais ampla de seu desenvolvimento psicossocial, que leve em conta a relação entre os problemas detectados e as formas de elaboração e integração psicológica de que lançam mão, quando se deparam com as situações de maus tratos.

Nesse sentido, o presente estudo, de caráter exploratório, foi empreendido com o objetivo geral de estudar o fenômeno da violência doméstica pela ótica de crianças e adolescentes vitimizados. Para tanto, foram investigadas suas concepções de Família e Violência Doméstica, comparando-as com as de um grupo de jovens não-vitimizados, buscando identificar semelhanças e diferenças entre eles.

MÉTODOS

Participantes

Participaram deste estudo crianças e adolescentes com idades entre 10 e 16 anos. A escolha dessa faixa etária baseou-se no fato de esse período ser o mais profícuo em relação às questões da pesquisa, visto que nessa fase o processo de desenvolvimento da identidade pessoal é bastante intenso e, em virtude de ganhos cognitivos, o jovem passa a ser capaz de integrar elementos de suas experiências passadas, projetar de algum modo o que pretende no futuro, e faz sínteses de sua própria história de vida (FIERRO, 1995).

Os sujeitos foram divididos em dois grupos:

a) **O grupo 1** ficou composto por 17 crianças e adolescentes (10 do sexo masculino e 7 do feminino), com idades entre 10 e 16 anos (idade média aproximada de 14 anos), todos freqüentando a escola, considerados em situação de vitimização (avaliação técnica) e, por conseqüência, retirados da guarda de seus pais e/ou responsáveis, estando, no momento da pesquisa, sob medida de proteção, acolhidos em instituições de abrigo, tendo como forma mais recorrente de maus-tratos a negligência, e um tempo médio de abrigamento de aproximadamente quatro anos e sete meses.

A família de origem desses jovens, no momento da vitimização, era muito variada em termos do número de pessoas vivendo na mesma casa (2 a 13 pessoas), a maioria ligada por algum grau de parentesco, com exceção de um caso em que não se verificou qualquer parentesco entre os adultos e a criança focalizada. Quanto à ocupação dos pais e ou responsáveis, 11 participantes relataram que pelo menos uma pessoa da casa trabalhava fora, cinco se referiram a trabalho doméstico (cuidar da casa), e um não forneceu esse dado. Com respeito à escolaridade dos responsáveis, aparece uma concentração no Ensino Fundamental, com apenas uma referência de Ensino Médio; importante assinalar que cinco entrevistados relataram que pelo menos um dos adultos responsáveis nunca estudara e dois alegaram não saber.

b) **O grupo 2** ficou composto por 27 crianças e adolescentes (13 do sexo masculino e 14 do feminino), com idades variando entre 10 e 15 anos (idade média aproximada de 12,8 anos), identificados através de uma escola da Rede Pública Municipal, situada na periferia da cidade de Ribeirão Preto - SP, todos residindo com sua família no momento da coleta de dados.

A família de origem desse grupo de jovens, no momento da coleta de dados, era também variada em termos do número de pessoas vivendo na mesma casa (3 a 13), todos os participantes

ligados a eles por algum grau de parentesco, sendo que, em sua maioria (17 famílias) há a presença de ambos os pais, três caracterizam-se como família estendida (primos, avós, etc.), quatro são monoparentais (o pai é falecido ou divorciado da mãe) e seis são reconstituídas, tendo o pai ou a mãe novos companheiros. Quanto à questão do trabalho, em todas as famílias pelo menos um dos adultos possui emprego. Com respeito à escolaridade dos responsáveis, a maioria teria completado o Ensino fundamental (31 adultos), oito foram até o Ensino Médio, havendo a indicação de um adulto cursando o Ensino Superior e em cinco casos não se obteve essa informação.

Procedimentos para obtenção dos participantes

Para a efetivação desse estudo, os cuidados éticos (incluindo sigilo quanto aos dados obtidos, a anuência e assentimento das próprias crianças e responsáveis, suporte à criança, pelo pesquisador, quando necessário) assumiram grande importância.

No que tange às instituições de abrigamento, o procedimento consistiu em estabelecer um primeiro contato para a apresentação, aos responsáveis, dos objetivos da pesquisa e de uma cópia dos instrumentos que seriam empregados para coleta de dados junto aos jovens. Obtida a anuência, no caso dos abrigos, a seguir solicitava-se aos agentes institucionais que apresentassem à pesquisadora os jovens que se enquadravam na faixa etária de 10 a 16 anos, havendo depois uma conversa, em um local mais reservado, com cada um dos possíveis sujeitos, para explicar o projeto de pesquisa, garantindo-lhes o sigilo, o anonimato e a possibilidade de desistirem da participação em qualquer momento.

Quanto à Escola Pública, o procedimento foi praticamente o mesmo. À pesquisadora foi propiciado o contato com algumas classes compostas por jovens com idade variando entre 10 e 16 anos, dando a ela a possibilidade de fazer a eles a proposta da pesquisa, e deixar com os alunos interessados um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dirigido aos pais e/ou responsáveis, sendo que só os que trouxeram este assinado puderam participar da pesquisa, num momento subsequente. Por fim, procurou-se junto a agentes da instituição escolar, verificar, a partir dos nomes dos sujeitos, se em meio ao grupo havia algum com história familiar de intervenção do Conselho Tutelar, de modo a excluí-los, visando controlar o fato de não vivenciarem, reconhecidamente, problemas em seus lares; isto não foi detectado, mantendo-se o número total de respondentes.

MATERIAL

O material utilizado para a realização desse estudo foi composto de 3 instrumentos complementares.

a) *Um roteiro de Entrevista Estruturada*, composto por itens de caracterização como idade, sexo, composição familiar, grau de escolaridade e profissão dos familiares, grau de escolaridade do próprio participante;

b) *Questionário baseado na estratégia “Jogo das Sentenças Incompletas”*, conforme o proposto por Koller, Raffaelli, Bandeira, Reppold, Kuschik e Dani (1997), especialmente composto para esta pesquisa, incluindo as sentenças: 1) *Família é...* 2) *Uma família feliz é aquela que...* 3) *Uma família infeliz é aquela que...* 4) *Eu queria que minha família...* 5) *Eu acho que quem cuida de criança ou de adolescente deveria...* 6) *Uma criança/adolescente para ser bem educado precisa...* 7) *Quando uma criança apanha...* 8) *Quando uma criança é xingada...* 9) *Uma criança maltratada sente...* 10) *Um adulto maltrata uma criança porque...*

c) *Um roteiro com duas questões abertas* baseado em procedimentos propostos por Sanches (2001), visando uma investigação direta das vivências do participante em relação a sua família 1) *Você se lembra de alguma coisa legal que aconteceu com você e sua família? Conte como foi....;* 2) *Você se lembra de alguma coisa ruim que aconteceu com você e sua família? Conte como foi ...*

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Tanto nas Casas Abrigos quanto na Escola houve a designação de uma sala reservada, para onde participantes eram conduzidos individualmente pelo pesquisador para a coleta de dados. Depois de ele estar devidamente acomodado, iniciava-se pela aplicação da Entrevista Estruturada; terminada esta, dava-se prosseguimento com o Jogo de Sentenças Incompletas, informando ao participante que o pesquisador iria ler para ele algumas sentenças que ele deveria completar com a primeira frase que lhe viesse à cabeça, sem preocupações com a forma da resposta, ou sua exatidão, porque não havia respostas certas ou erradas. Para finalizar a sessão era aplicado o Roteiro de Duas Questões Abertas, sinalizando antes ao participante que ele agora estava livre para falar tanto quanto quisesse ao responder a cada uma das perguntas.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

As informações obtidas com a aplicação desses instrumentos foram tratadas inicialmente de forma quantitativa ou quantitativa interpretativa, na dependência das características de cada um

deles. Assim, a Entrevista Estruturada serviu para serem caracterizados aspectos objetivos dos dois grupos de participantes, procedendo-se a uma contagem direta de frequência; já os dados obtidos com Jogo de Sentenças Incompletas e a Entrevista de Duas Questões foram submetidos a um sistema de análise denominado por Biasoli-Alves (1988) de *quantitativo-interpretativo* e que consta de dois momentos: um levantamento de todas as respostas obtidas de forma a compor uma lista que dará origem, a seguir, a uma categorização de acordo com a proximidade de sentido e depois de uma análise minuciosa do significado que pode ser atribuído a cada resposta. Essa análise tem um princípio qualitativo (BIASOLI-ALVES & DIAS DA SILVA), quando o sistema de categorias é construído (infere-se o sentido), passando a seguir a quantificar, contando a frequência com que as categorias aparecem (LÜDKE & ANDRÉ, 1986), verificando as respostas iguais ou semelhantes, para ponderar a prevalência das categorias em cada grupo de participantes.

Visando validar o procedimento de análise, categorizações foram realizadas por dois juízes em separado, para, em seguida, serem confrontadas e reformuladas, com base em um consenso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tema I: Família

No que se refere ao *conceito de família*, observou-se que os jovens, de modo geral, definem-na como algo preponderantemente positivo, seja em atributos e/ou características que satisfazem às necessidades do jovem; também fica claro o predomínio de uma concepção “estática”, para ambos os grupos.

Em contraposição a essa tendência majoritária de atribuir características positivas à família, há um subgrupo, tanto de vitimizados como de não-vitimizados, que tende a uma descrição assentada em aspectos concretos, desprovidos de valoração, seja ela positiva ou negativa. Se no primeiro caso pode-se inferir que existe uma espécie de idealização (possivelmente, apoiada em idéias convencionais a respeito de família), no segundo evidencia-se certa dificuldade em relacionar família a sentimentos.

A única diferença constatável entre os grupos diz respeito à presença de dois tipos de respostas que os vitimizados dão e os outros não: respostas evasivas e o conceito de família associado a bens materiais. Relacionar bens materiais ao conceito de família, talvez, faça sentido num contexto de institucionalização, na medida em que muitos dos casos de abrigo têm como pano de fundo dificuldades financeiras, que findam por determinar a própria dissolução da unidade familiar. Quanto às respostas evasivas, pode-se pensar em dificuldade maior de alguns abrigados para definirem

família, porque a institucionalização concorreria para um enfraquecimento desse referencial de origem para a criança.

Por outro lado, quando indagados a respeito da concepção de *família feliz*, notou-se uma clara tendência, em ambos os grupos, em relacionarem com aspectos positivos de convívio, dando destaque à dinâmica do funcionamento familiar, sobretudo os abrigados. Contudo, vale a ressalva referente de que os resultados obtidos na sentença seguinte, sobre a concepção de *família infeliz*, permitir uma associação entre infelicidade e ruptura familiar (à falta de convivência), que aparece apenas no grupo de jovens vitimizados.

Também chama a atenção o fato de a categoria de respostas evasivas concentrarem um número razoavelmente maior entre os jovens institucionalizados, em comparação aos não, seja quanto à concepção de *família feliz* (vitimizados = 23.5% e não vitimizados = 0%) quanto *infeliz* (vitimizados = 23.5% e não vitimizados = 3.7%).

Vale atentar ainda para a presença de respostas que destacam os bens de consumo como condição para a existência de felicidade familiar, refletindo possivelmente aspectos do ideário do atual contexto sócio-cultural.

Em contrapartida a questão material e, na mesma linha, a necessidade de trabalhar, só aparecem para os abrigados quando correlacionada à concepção de família infeliz, de modo que se pode cogitar associar essa dimensão e os problemas na base do abrigamento.

Quanto aos desejos e/ou expectativas em relação à família de origem, grande parte dos sujeitos dos dois grupos indica um desejo de maior convivência ou proximidade física com os familiares e de uma dinâmica familiar mais positiva, permeada por sentimentos, que garantam a felicidade ou, pelo menos, evitem a infelicidade. De forma isolada, alguns gostariam de alterações em aspectos concretos da configuração familiar. Nas diferenças observadas entre os dois grupos, entre os participantes que vivem com suas famílias, há quem queira desde sua ascensão social até o de que permaneça do modo que está. Já entre os institucionalizados aparece a categoria de não respostas (*não sabe* = 11.8%), que pode apontar para uma possível dificuldade, dado o momento em que se encontram, para identificarem com clareza suas expectativas em relação à família de origem.

Quanto aos resultados obtidos com as Questões Abertas, existem certos destaques. Assim é que no item eventos positivos, chama a atenção o fato de o grupo de jovens abrigados (e só eles) ter uma grande concentração de respostas evasivas (33.3%); também eles dão muitas respostas em que o evento positivo exclui a presença de familiares, havendo inclusive quem, de modo direto, o associe ao afastamento da família. Nesse sentido, pode-se dizer que para mais da metade do grupo (66,5%) a tarefa de lembrar eventos positivos envolvendo a família é bastante difícil, ao passo que essa

mesma característica, para o grupo 2 de crianças, isto é menos intenso (girando em torno de 20%). Aqui, a lembrança de coisas positivas envolvendo a família, sejam elas ligadas ao lazer, a festas, passeios, acontecem com frequência e mesmo aspectos da rotina familiar são considerados prazerosos, como a própria relação; e isto inexistente entre os abrigados.

Uma explicação para essa diferença entre os grupos pode tanto ter um significado psicológico profundo, quanto ser atribuível ao processo de institucionalização e/ou ao tempo de afastamento da família, interferindo na memória dos jovens.

Quanto aos eventos *negativos*, houve um paralelo entre os dois grupos. Contudo, os jovens abrigados se destacam dando um número maior de respostas que evitam a associação entre evento negativo e família, ou seja, há mais respostas nas situações em que o sujeito está sozinho ou emite respostas evasivas de difícil categorização (47.3%). Embora o grupo 2 também apresente respostas desse tipo, o número é menor (16%), sendo que a concentração nesse caso refere-se a perdas (morte de parentes – 42%).

Vale novamente a ressalva quanto ao fator institucionalização para explicar tais diferenças.

Ainda é preciso assinalar uma resposta que aparece somente nos abrigados, mesmo não tendo alta porcentagem (5.2%), que trata das perdas materiais da família.; no contexto brasileiro, isto pode ser decisivo para a manutenção da família e, ainda, estar na base dos motivos para abrigamentos, sobretudo, em casos de negligência..

Tema II: Violência doméstica

Quanto às idéias sobre as características de quem cuida (educa) de crianças e adolescentes, há mais tipos de resposta junto aos jovens institucionalizados. Os não institucionalizados tendem, majoritariamente, a pensar em atributos pessoais positivos para caracterizar essa figura (“ser paciente, cuidadoso, atencioso”), ao passo que os primeiros, embora também o façam em proporção ligeiramente menor, se destacam pelo fornecimento de uma quantidade relevante de respostas evasivas, não conseguindo de fato caracterizar a figura do cuidador (22.2% para os jovens vitimizados contra 7.5% para os demais), havendo ainda quem, nesse quesito, fale do desejo de não ter contato com essa figura.

Contudo, pode-se interpretar que o cuidador, na medida em que as sentenças não o especificam, para os abrigados, seriam os agentes institucionais, e não só os pais.

Alguns sujeitos, nos dois grupos, avançam nesse sentido, fornecendo respostas que se referem à indicação concreta de quem deveria ser o cuidador, ou seja, de quem deve desempenhar esse papel (“mãe, babá, adulto”).

Em relação às necessidades de crianças e adolescentes, a serem consideradas ao longo do processo de acompanhamento educativo, observou-se que para ambos os grupos a incidência do maior número de respostas diz respeito à presença de adultos familiares e às demandas sócio-afetivas (institucionalizados = 64% e não institucionalizados = 67%). Por outro lado, tem-se, para ambos os grupos, uma interpretação de educação no sentido formal, ou seja, enquanto instrução acadêmica e que, portanto, não permite verificar as concepções em relação à criação de filhos (grupo dos institucionalizados = 12%; grupo dos não institucionalizados = 22%). Na mesma linha, há respostas evasivas que, novamente, aparecem somente no grupo dos vitimizados (12%).

Interessante observar que as práticas educativas punitivas, nos dois grupos, aparecem relacionadas a sentimentos de tristeza, mágoa e humilhação, situando as reações e/ou sensações despertadas num contexto pessoal e íntimo. No grupo de jovens vivendo com suas famílias houve, entretanto, um número considerável de respostas, falando de sentimentos negativos e/ou de um desejo de revide/revanche, além de uma identificação de características negativas no autor da agressão.

Essa categoria de resposta indica a possibilidade de crítica às ações dos adultos e foi menos expressiva entre os vitimizados. Tal quadro, talvez, seja devido ao fato de que a crítica aos adultos responsáveis é mais aceita num contexto em que os problemas concretos são menos intensos. Caso contrário, esse tipo de reflexão implicaria numa fragilização muito grande das idealizações das figuras parentais que, certamente, é acompanhada de um custo emocional nem sempre suportável.

De modo aparentemente paradoxal, é também para o grupo dos não vitimizados que se nota uma recorrência de respostas que tendem à justificação dos atos do agressor, contrariando, inclusive, indicações feitas pela literatura especializada quanto a tendência mais forte à naturalização dos atos do agressor pelas vítimas efetivas de maus-tratos domésticos. De qualquer forma, ressalvas devem ser feitas a esse tipo de resultado: de um lado, não é possível afirmar com certeza absoluta que o grupo de crianças não institucionalizadas não seja de vítimas de maus-tratos; de outro lado, é preciso aventar que, em parte, as respostas tenham sido dadas, tanto num grupo como no outro, a partir de uma interpretação das sentenças abertas em que o autor dos atos em questão não tenha sido associado à figura parental/adulta, mas a um par, por exemplo.

Essa brecha para interpretações variadas não é oferecida, contudo, na frase subsequente, em que os sujeitos são indagados sobre “explicações” para a ocorrência dos maus-tratos infantis, especificamente perpetrados por adultos. Neste caso, uma parte considerável de respostas de ambos

os grupos tende a justificar o ato através de uma necessidade do adulto educar e/ou corrigir a criança (grupo de institucionalizados = 44.5% e grupo de não institucionalizados = 41%).

Porém, de modo numericamente equivalente para ambos os grupos, outras considerações são feitas no sentido de “desnaturalizar” a violência, ou seja, concebendo-a como injustificável. Há um número relevante de respostas que associam os maus-tratos a problemas do próprio adulto, aos seus sentimentos negativos em relação à criança, à sua própria experiência de maus-tratos na infância ou à necessidade de extravasar emoções.

Por fim, há aqueles que não respondem a essa questão ou o fazem de forma evasiva, dando indícios de dificuldade para refletir sobre o tema, o que acontece, entretanto, com um número bastante reduzido de participantes (grupo de institucionalizados = 5.5% e grupo de não institucionalizados = 3.5%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados e discutidos neste trabalho, há algumas considerações finais.

Primeiramente, é preciso dizer que, grosso modo, não foram detectadas grandes diferenças entre os dois grupos estudados quanto às idéias/concepções a respeito dos temas família e violência, existindo certa tendência a respostas de caráter convencional.

Contudo, na contramão disso, chama a atenção o fato de um grande número de respostas evasivas que, embora apareçam em ambos os grupos, é mais freqüente no dos jovens abrigados, o que faz pensar nas dificuldades generalizadas de eles se expressarem verbalmente, emitindo suas opiniões/reflexões sobre suas vivências. Também se pode cogitar que os temas abordados mobilizam emocionalmente determinados sujeitos, a tal ponto de não deixá-los falar sobre.

Outro ponto importante relaciona-se à detecção de respostas, no grupo de jovens abrigados, que mostram o desejo intenso de estarem com suas famílias. Esse dado suscita reflexões sobre as razões subjacentes ao abrigo e sobre as percepções que os jovens têm delas. No caso de as vitimizações serem inegáveis, estar-se-ia diante de jovens que podem se colocar em situação de risco pela própria incapacidade de fazer a crítica necessária à qualidade das práticas de cuidado/educação a que são submetidos.

Também parece importante salientar os resultados que indicam uma possível “naturalização” da violência perpetrada no ambiente doméstico. Contrariando o esperado, esse dado é mais freqüente no grupo que teoricamente não está vivendo (ou que não viveu) esta situação de vitimização. Mas,

é preciso lembrar que boa parte dos jovens abrigados o foi por alegações de negligência, caracterizada mais pela omissão de cuidados do que pelo cometimento de agressão.

Cumprido dizer, ainda, que o fato de emergirem, nos dois grupos, respostas que expressam um desejo de reagir à violência com violência, merece mais atenção e investigação, uma vez que aí pode estar a base de um tipo diferente de “*naturalização da violência*”: a transformação da mesma numa “moeda corrente”.

Levando em conta a complexidade do tema e a necessidade de maior aprofundamento das questões, pode-se dizer que o presente estudo, dado seu caráter exploratório, tem o mérito de lançar muitas indagações para novas pesquisas. E, nesta direção, assinala-se que a metodologia empregada, apesar de poder concorrer para a produção de certas respostas estereotipadas, mostrou-se muito útil, estabelecendo um clima propício à coleta de dados, proporcionando uma interação de caráter lúdico com os sujeitos.

As questões abertas baseadas em eventos específicos, por sua vez, também trouxeram dados interessantes, sobretudo num estudo que pretendia elucidar questões relacionadas a risco psicossocial e desenvolvimento humano.

De maneira geral, a melhor característica dos instrumentos empregados está na praticidade, rapidez e facilidade de aplicação, além de propiciarem uma escuta diferenciada dos jovens, apoiada no valor concedido às suas opiniões/concepções, freqüentemente desprezadas nas investigações científicas. Faz-se importante reafirmar que há uma necessidade de serem realizadas mais pesquisas que se preocupem com a ótica das vítimas da violência, sobretudo as crianças e adolescentes, uma vez que se quer considerá-los como sujeitos de seu próprio processo de desenvolvimento.

NOTAS

¹ Nem sempre as informações sobre os motivos do abrigo são claras e precisas nas fichas das crianças e adolescentes.

² Por outro lado, não se deve descartar a influência da filosofia educativa das instituições de abrigo, no caso, ambas de caráter religioso, cujo teor pode veicular justamente um desapego de coisas materiais e sua desvinculação da felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABER, J.L, ALLEN, J.P et al. The effects of maltreatment on development during early childhood: recent studies and their theoretical, clinical, and policy implications. In: CICCHETTI, D & CARLSON, V (Orgs.). **Child Maltreatment : Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect**. Cambridge (USA): Cambridge University Press, 1989. p. 579-619.

- AZEVEDO, M.A. Conseqüências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 143–163.
- BIASOLI-ALVES, Z.M.M. Intersecções das abordagens qualitativas e quantitativas. In: D.G. Souza, V.R. Otero, & Z.M.M. Biasoli-Alves (Orgs.). **Anais da 18ª Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: SBP, 1988, p. 487-489.
- BIASOLI-ALVES, Z.M. M., DIAS DA SILVA, M.H.G.F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, fev/jul 1992.
- BRINGIOTTI, M. I. Criterios para establecer la definición y las tipologías del maltrato infantil. In: BRINGIOTTI, M.I. **Maltrato Infantil – Factores de riesgo para el maltrato físico en la población infantil que concurre a las escuelas dependientes del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires**. Madrid (España) – Buenos Aires (Argentina): Niño y Dávila, 1999a. p. 37-48.
- BRINGIOTTI, M. I. El impacto de los malos tratos en el desarrollo psicosocial. In: BRINGIOTTI, M.I. **Maltrato Infantil – Factores de riesgo para el maltrato físico en la población infantil que concurre a las escuelas dependientes del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires**. Madrid (España) – Buenos Aires (Argentina): Niño y Dávila, 1999b. p. 67–70.
- CEREZO, M.A. El impacto psicológico del maltrato: Primera infancia y edad escolar. **Revista Infancia y Aprendizaje**, Madrid, n. 71, p. 135-157, 1995.
- FIERRO, A. Desenvolvimento da Personalidade na Adolescência. In: COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1995. Vol. 1. p. 288-298.
- FUSTER, E.G & OCHOA, G.M. El impacto de los malos tratos en el desarrollo psicossocial del niño. In: FUSTER, E.G., OCHOA, G.M. **El maltrato infantil: un análisis ecológico de los factores de riesgo**. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales. Dirección de Protección del Menor, 1995. p. 49-63.
- GUERRA, V.N.A., SANTORO Jr., M., AZEVEDO, M.A. Violência doméstica contra Crianças e Adolescentes e Políticas de Atendimento: do silêncio ao compromisso. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, volume 2, número 1, p. 71-96, 1992.
- KOLLER, S.H., RAFAELLI, M., BANDEIRA, D.R. et al. **Using a sentence completion task to investigate how brazilian street youth describe their life situation**. Washington D.C. (EUA): Society for Research in Child Development, 1997.
- LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 11-44.
- OLIVEIRA, A. B. Saúde e vitimização. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (Orgs.) **Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 99–103.
- SANCHES, C.S. **Crianças e adolescentes em situação de rua: estudo qualitativo realizado na cidade de Marília – SP**. 2001.197f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- SAFFIOTI, H. I.B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13–21.

ABSTRACT

The present exploratory study investigated the ideas about family and violence of children and adolescents victims of domestic violence, comparing these ideas with the ideas from a group composed of children and adolescents who were not victims of domestic violence. The 44 participants with ages between 10 and 16 years old, answered to 3 complementaries instruments: a structured interview, a questionnaire composed of “Incomplete Sentences” and a semi-structured interview. The analysis

allowed some conclusions: 1) It was not found significant differences between the two groups and there was a tendency to conventional answers; 2) There was a lot of evasive answers , with a higher frequency in the victimized group; 3) There was a tendency to the “naturalization” of violence in both groups, although with a higher frequency in the non-victimized group and 4) a wish of the victimized group of being (live) with their families.

KEYWORDS

Family; domestic violence; children and adolescents

Recebido em: 17/03/2003

Aceito para publicação em: 27/04/2004

Endereço: fabiolapv@hotmail.com